



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, Autarquia Federal nos termos da Lei nº 4.324/64 e 5.965/73, regulamentada pelo Decreto nº 68.704/71, entidade que atua com a finalidade do registro público dos profissionais legalmente habilitados e da fiscalização técnica e ética do exercício da profissão, bem como das empresas prestadoras de serviços odontológicos segundo os princípios fundamentais que regem a atividade especializada dos profissionais obrigatoriamente condicionados ao registro.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do exercício de 2018 foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as disposições da Lei nº 4.320/64, com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e aos Princípios Contábeis, de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis criado pela Resolução CFC nº 1.055/05.

2.2. Práticas Contábeis

2.2.1 Ativo Circulante

Caixa e Equivalente de Caixa

Composição:

- Recursos em conta corrente bancária nos bancos Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.
- Conta de arrecadação no banco Bradesco.
- Aplicações financeiras: Fundo de Investimento da FIC Prático Renda Fixa Curto Prazo e FIC Especial Renda Fixa Longo Prazo na Caixa Econômica Federal, Fundo de Investimento FIC FI Extra Renda Fixa referenciado DI no banco Santander.

Créditos a Curto Prazo

Os créditos a curto prazo referem-se a valores das anuidades do exercício de 2018, Dívida Ativa em fase administrativa com expectativa de recebimento em até 12 meses e, Ajuste para Perdas da Dívida Ativa de Curto Prazo.

Os Ajustes para Perdas da Dívida Ativa de Curto Prazo foram estimados em 3% sobre o valor total da dívida, haja vista que as Normas Contábeis aplicadas ao setor público não estabelecem um percentual definido.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os demais créditos e valores a curto prazo compreendem adiantamentos de férias e de salários, créditos da Secretaria da Receita Federal e Prefeitura Municipal de São Paulo.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Referem-se a saldos de Depósitos Judiciais de ações trabalhistas e cíveis, registrados pelo valor atualizado.



Estoques

Materiais adquiridos e mantidos em almoxarifado para utilização nas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, materiais de higiene, materiais de informática, materiais elétricos e carteiras de identidade profissional, armazenados e registrados ao custo médio de aquisição.

2.2.1 Ativo Não-Circulante

Créditos a Longo Prazo

Os créditos a longo prazo referem-se aos saldos de anuidades de exercícios anteriores a 2017 em Dívida Ativa, com expectativa de recebimento ao longo dos próximos exercícios.

- a) Anuidades de Exercícios Anteriores: anuidades devidas referentes aos exercícios de 2013 a 2017, que estão em cobrança administrativa e anteriores ao exercício de 2012 em execução fiscal.
- b) Processo Ético Profissional: multa pecuniária devida pelos profissionais.

Os Ajustes para Perdas da Dívida Ativa de Longo Prazo foram estimados em 3% sobre o valor total da dívida do exercício de 2018, haja vista que as Normas Contábeis aplicadas ao setor público não estabelecem um percentual definido.

Imobilizado

Esse grupo é composto pelos bens móveis e imóveis. No exercício de 2018 o processo de registro e ajustes e depreciação dos bens móveis do CROSP foram feitos de acordo com às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

IMOBILIZADO	2017	2018
BENS MÓVEIS	<u>2.019.792,58</u>	<u>2.627.823,21</u>
Veículos	538.702,10	1.205.657,40
(-) Depreciação de Veículos	(153.611,77)	(269.478,44)
Máquinas, Motores e Aparelhos	123.392,67	145.989,31
(-) Depreciação de Máquinas, Motores e Aparelhos	(26.127,12)	(36.950,15)
Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	252.079,85	416.632,78
(-) Depreciação de Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	-	-
Utensílios de Copa e Cozinha	28.533,68	28.065,44
(-) Depreciação de Utensílios de Copa e Cozinha	(9.686,30)	(11.761,26)
Móveis e Utensílios	1.119.386,03	1.050.268,53
(-) Depreciação de Móveis e Utensílios	(404.191,73)	(501.891,45)
Outros Bens Móveis	260,79	260,79
(-) Depreciação de Outros Bens Móveis	(84,40)	(106,56)
Equipamentos de Informática	1.216.997,61	1.368.457,30
(-) Depreciação de Equipamentos de Informática	(665.858,83)	(767.320,48)
BENS IMÓVEIS	<u>23.420.654,30</u>	<u>23.912.770,59</u>
Edifícios	21.537.008,52	21.622.668,48
Obras e Instalações	1.883.645,78	2.290.102,11
TOTAL	<u>25.440.446,88</u>	<u>26.540.593,80</u>



2.2.2 Passivo Circulante e Não Circulante

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais referem-se a valores de encargos sobre folha de pagamento.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Os fornecedores e contas a pagar a curto prazo correspondem aos restos a pagar de 2018.

- a) Restos a Pagar Processados: abrangem os saldos de despesas empenhadas e liquidadas, cujo fornecimento de bens ou prestação de serviços já ocorreu, com vencimento no exercício seguinte.
- b) Restos a Pagar Não Processados: abrangem os saldos de despesas empenhadas, cujo fornecimento de bens ou prestação de serviços não foi concluído em 2018.

Os Restos a Pagar Processados totalizam R\$ 583.934,60. Os restos a pagar não processados não foram contabilizados em conta patrimonial no momento do encerramento do exercício, uma vez que se trata de uma reserva orçamentária e o montante evidenciado no Passivo Financeiro apenas, não havendo fato que caracterize a liquidação e obrigação do pagamento, de acordo com as normas da NBCASP e Lei nº 4.320/64. Os Restos a Pagar Não Processados totalizam R\$1.214.946,33.

O passivo financeiro diminuiu nas contas de restos a pagar processados e não processados, encargos sociais, pessoas físicas e jurídicas credoras e saldo de cota-parte ao Conselho Federal de Odontologia a serem regularizados no exercício seguinte.

PASSIVO FINANCEIRO	2017	2018
-Depósitos de Diversas Origens	70.812,65	49.551,38
-Restos a Pagar Processados	326.150,29	557.416,71
-Restos a Pagar Processados Prorrogados	132.229,09	-
-Restos a Pagar Não Processados	246.496,19	1.214.946,33
-Restos a Pagar Não Processados Prorrogados	-	-
-Despesas de Pessoal a Pagar	-	4.692,86
-Encargos Sociais	512.429,07	537.216,22
- Pessoas Físicas Credoras (honorários, cheques)	7.042,55	43.070,21
-Serviços Bancários	-	26.517,89
- Pessoas Jurídicas Credoras	10,00	-
- Encargos Sociais (obrigações fiscais curto prazo)	37.268,85	54.630,54
- Saldo a Pagar da Cota-Parte do CFO do exercício	1.477.884,45	212.666,95
- Tribunal Regional do Trabalho	-	14,67
-Receitas do Exercício Seguinte	1.774.216,02	1.141.328,89
TOTAL	4.584.539,19	3.842.052,65

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Obrigações de retenções de imposto de renda e tributos federais efetuados nos pagamentos a fornecedores.



Provisões a Curto Prazo

Incluem as provisões de ações trabalhistas e cíveis, e provisões de férias e seus respectivos encargos, com a finalidade de reconhecer a expectativa de eventuais despesas dos processos judiciais e atender ao regime de competência das férias e seus encargos.

PROVISÕES DE CURTO PRAZO	2017	2018
Depósitos de Diversas Origens	70.812,65	49.551,38
Provisão para Ações Trabalhistas	650.000,00	300.000,00
Provisão para Ações Cíveis	-	89.000,00
Provisão de Férias	503.991,21	873.901,95
Provisão de 1/3 de Férias	167.996,70	291.299,91
Provisão de INSS sobre Férias	144.477,40	250.518,40
Provisão de FGTS sobre Férias	53.759,03	93.216,15
Provisão de PIS sobre Férias	6.719,88	11.652,02
TOTAL	1.597.756,87	1.959.139,81

Demais Obrigações a Curto Prazo

Valores de recebimento antecipado na conta de Receitas do Exercício Seguinte, referente anuidades de pessoa física e jurídica cuja receita será reconhecida apenas em 2019, em função do regime de competência.

2.2.3 Patrimônio Líquido

O Patrimônio é constituído de recursos próprios, mais ajustes de depreciação e avaliação patrimonial de exercícios anteriores a 2018 e variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente.

Resultado Patrimonial

As receitas e despesas foram registradas pelo regime de competência, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 403/2016, tendo como resultado patrimonial um superávit, conforme demonstrado abaixo.

RESULTADO PATRIMONIAL	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas	69.143.580,82
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	-60.071.510,17
TOTAL	9.072.070,65



Resultado Financeiro

O resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro em conformidade com a Lei nº 4.320/64. Considerando-se como ativo financeiro a soma dos valores de Caixa e Equivalentes de Caixa e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo. O déficit financeiro foi ocasionado em função de o ativo financeiro ser menor do que o passivo financeiro, embora esse déficit tenha sido reduzido de 2017 para 2018, ainda deverá ser absorvido ao longo dos próximos exercícios como resultado de melhoria nos recursos financeiros disponíveis para cobrir o passivo financeiro do Conselho.

RESULTADO FINANCEIRO	2018
Ativo Financeiro	1.786.660,61
(-) Passivo Financeiro	-3.842.052,65
TOTAL	-2.055.392,04

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício, cujo montante apurado resultou em superávit orçamentário, conforme demonstrado abaixo.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	2018
Receitas Correntes e de Capital Realizadas	49.097.590,94
(-) Despesas Correntes e de Capital Empenhadas	-47.479.587,62
TOTAL	1.618.003,32

São Paulo, 31 de dezembro de 2018.

LOURENÇO OLIVA NETO
ASSESSOR CONTÁBIL
CRC-SP 102.422
418.557.878-49

MARCO ANTÔNIO MANFREDINI
TESOUREIRO
CRO-SP 27.268
065.488.728-43

MARCOS JENAY CAPEZ
PRESIDENTE
CRO-SP 47.098
112.900.168-79